

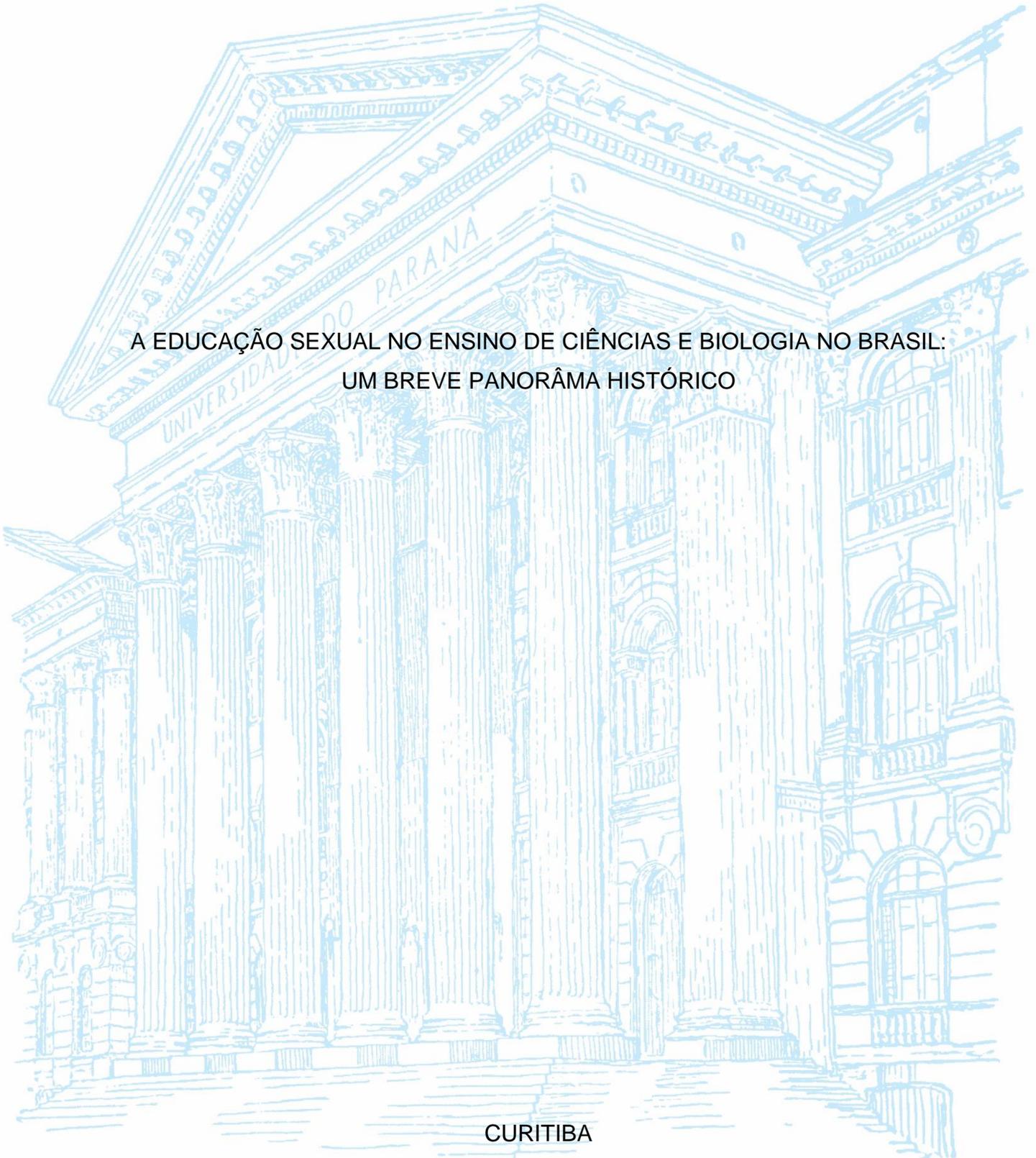
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LIZ MENDES LEONEL

A EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA NO BRASIL:
UM BREVE PANORÂMIA HISTÓRICO

CURITIBA

2023



LIZ MENDES LEONEL

A EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA NO BRASIL:
UM BREVE PANORÂMA HISTÓRICO

TCC apresentado ao curso Ciências Biológicas,
Universidade Federal do Paraná, como requisito
parcial à obtenção do título de Licenciada em Ciên-
cias Biológicas.

Orientadora: Prof.^a Dra. Michelle Bocchi Gonçalves

Coorientadora: Prof.^a Dra. Juliana Crespo Lopes

CURITIBA

2023

FOLHA/TERMO DE APROVAÇÃO

Aos meus pais, que sempre me incentivaram a seguir a carreira acadêmica e foram minha inspiração durante todo o processo.

Amo vocês.

AGRADECIMENTOS

Aos meu pais, que foram o princípio de toda minha carreira acadêmica, foram as caronas pra faculdade nos primeiros anos antes de tirar a carteira, os cafés da manhã prontos antes de ir pra aula, os “Boa Aula”, “esqueceu o lanche!” gritados na frente do biológicas que me mantiveram firme durante todo o processo.

A Universidade Federal do Paraná por toda experiência que foi sem dúvidas muito além da acadêmica, nesse processo além de me desenvolver como profissional pude também desenvolver o lado pessoal e social.

A minha orientadora Michelle Bocchi Gonçalves, que orientou eu e a Gabi de forma leve não nos deixando inseguras ou ansiosas e nos auxiliou durante todo o desenvolvimento do TCC.

Aos meus colegas de graduação que sem eles as disciplinas jamais teriam sido tão proveitosas quanto foram, muito menos tão divertidas e é claro não renderiam tantas fotos para figurinhas no whats.

Ao meu namorado Matheus Platner que sem ele eu não teria a força de vontade (ódio) suficiente para concluir a graduação, em ritmo de competitividade conseguimos enfrentar esses 6 anos de faculdade juntos.

A minha prima e madrinha Miriam Simas que fez questão de aparecer nos agradecimentos e que também me ajudou durante todos esses anos, sempre me perguntou “Como foi a aula?”, e incentivou a carreira acadêmica.

Com carinho,

Liz.

“Nada no mundo é mais perigoso do que a ignorância sincera e a estupidez conscienciosa.”

-Martin Luther king Jr.

RESUMO

A Educação sexual não é um tema recente, mas é sempre um tema atual. Discutida há décadas, teve seu estopim no Brasil apenas nos anos 80 em decorrência da epidemia de AIDS, principal responsável por criar as bases da Educação sexual atual. O presente trabalho se utilizou da revisão bibliográfica narrativa, para criar um breve panorama da Educação sexual no Brasil, e entender o porquê de a mesma estar sempre ligada às disciplinas de Ciências e Biologia. Com a revisão foi possível perceber as diversas falhas existentes no sistema educacional quanto à temática, uma vez que a mesma não se encontra em documento oficiais obrigatórios como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Tal fato por muitas vezes auxilia em resultados dramáticos como os observados na pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a PeNSE (Pesquisa Nacional de Saúde Escolar) que aponta a diminuição da sexarca (idade da primeira relação sexual), que por sua vez acarreta problemas ligados a saúde e segurança pública. Assim os resultados obtidos através da revisão junto as observações dos resultados da PeNSE expõem a relevância de uma Educação sexual voltada para necessidade do estudante como indivíduo e não como ferramenta, e que a mesma está intrinsecamente ligada à vida de forma geral, afetando muito mais que apenas o currículo.

Palavras-chave: Educação Sexual; Sexarca; Currículo.

ABSTRACT

Sex education is not a recent topic, but it is always a current one. Discussed for decades, it had its trigger in Brazil only in the 80s due to the AIDS epidemic, which was mainly responsible for creating the foundations of current sexual education. The present work used narrative bibliographical review to create a brief historical overview of sex education in Brazil, and to understand why it is always linked to the disciplines of Science and Biology. With the review, it was possible to perceive the various flaws existing in the educational system regarding the subject, since it is not found in mandatory official documents such as the National Common Curricular Base. This fact often helps in dramatic results such as those observed in research by IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) the PeNSE (National Student Health Survey) which points to a decrease in sexarche (age of first sexual intercourse), which this, in turn, entails problems related to public health and safety. Thus, the results obtained through the review together with the observations of the PeNSE results expose the materiality of a sexual education focused on the student's needs as an individual and not as a tool, and that it is intrinsically linked to life in general, affecting a lot more than just the resume.

Key-words: Sex Education; Sexarche; Resume.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Linha temporal da idade da Sexarca no Brasil	23
FIGURA 2 - Linha do tempo dos artigos selecionados para o tema Educação Sexual	31
FIGURA 3 - Gráfico IBGE	33
FIGURA 4 - Gráfico IBGE	34
FIGURA 3 - Logo do Projeto Protege Brasil	37

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Habilidades BNCC (2018)	18
QUADRO 2 - Artigos Referentes a Sexarca	26
QUADRO 3 - Artigos Referentes a Educação Sexual	27

LISTA DE SIGLAS

PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
BNCC	Base Nacional Curricular
PeNSE	Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i> , Biblioteca Científica Eletrônica Online
ANTRA	Associação Nacional De Travestis e Transexuais
ONU	<i>Organization of United Nations</i> , Organização das Nações Unidas
IST	Infecção Sexualmente Transmissível
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexos, Assexuais e outras identidades de gênero e orientações sexuais
CESEX	Centro de Sexologia de Brasília
UNESCO	<i>United Nations Educational Scientific And Cultural Organization</i> , Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UFPR	Universidade Federal do Paraná
AIDS	<i>Acquired Immunodeficiency Syndrome</i> , Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CSE	<i>Comprehensive sexuality education</i> , Educação Sexual Compreensiva
RBSH	Revista Brasileira de Sexualidade Humana
INTERthesis	Revista Internacional Interdisciplinar
REGS	Educação, Gestão e Sociedade
REMPEC	Ensino, Saúde e Ambiente
CP	Cadernos de Pesquisa
SANARE	Revista de Políticas Públicas
RAS	Revista de Atenção à Saúde
RPCFO	Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 CONTEXTO E PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVOS	15
1.2.1 Objetivo Geral	15
1.2.2 Objetivos Específicos	16
1.3 JUSTIFICATIVA	16
2 REVISÃO TEÓRICA	18
2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL	18
2.2 PCN E BNCC	19
2.3 SEXARCA, A IDADE DA PRIMEIRA VEZ ESTÁ DIMINUINDO?	21
2.4 A EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA HOJE	24
2.5 PROFISSIONAL DESIGNADO	26
3 METODOLOGIA	28
4 DISCUSSÃO	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO E PROBLEMA

A sexualidade é um processo que se dá desde o nascimento até a morte, é intrínseca à vida e à saúde, fazendo parte do desenvolvimento do indivíduo (BRASIL, 1998; FURLANETTO et.al., 2018). Influenciada por experiências sociais e culturais, a sexualidade está presente em todas as faixas etárias, portanto sua aprendizagem começa de forma informal em casa como explicado por Ribeiro & Reis:

De fato, mesmo sem querer, toda família realiza a educação sexual de suas crianças e adolescentes. Mesmo aquelas que não falam abertamente sobre esse assunto, estão passando valores, e, mesmo no “discurso silencioso”, estão mostrando como a sexualidade é vista/vivida dentro de casa. (RIBEIRO & REIS, 2020, p. 377).

Já de forma formal sua aprendizagem ocorre dentro do âmbito pedagógico na escola, que é de extrema importância tanto para saúde quanto para segurança, mas principalmente para o entendimento do indivíduo. As crianças e adolescentes possuem uma curiosidade inerente do ser a respeito da sexualidade, tais curiosidades se suprimidas, além de gerar uma enorme ansiedade e tensão atrapalham e interferem na aquisição do conhecimento escolar. A escola como espaço de sociabilidade, se apresenta como local privilegiado para o exercício da Educação sexual, com laços de afeto e conexão social já estabelecidos, a instituição tem a possibilidade de um trabalho contínuo na formação do cidadão, visto que é o espaço onde crianças e adolescente passam a maior parte de suas vidas (BRASIL, 1998; LEÔNICIO, 2013; FURLANETTO et. al, 2017; RIBEIRO E REIS, 2020)

Atualmente percebe-se um declínio da idade da iniciação sexual, este pode ser observado em artigos que trabalham com o panorama, tratando de anos anteriores como Borges (2005), Gonçalves et. al (2008) e Paiva et al. (2008), mas principalmente na PeNSE¹ de 2019 que em uma pesquisa com aproximadamente 11,8 milhões de estudantes notou a queda mais recente. A iniciação precoce está ligada a uma série de riscos, como a menor porcentagem quanto a utilização de preservativo na primeira

¹ Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, realizada desde 2009 em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e com o apoio do Ministério da Educação (MEC).

relação sexual (PeNSE, 2022) e um maior número de parceiros (MORAES et. al, 2019), conseqüentemente aumentando o risco a exposição a alguma Infecção sexualmente transmissível (IST). O que demonstra uma carência na Educação sexual dentro da rede de ensino.

Em se tratando das questões de igualdade de gênero e o combate às formas de exclusão social, sabemos que são temáticas cada vez mais frequentes, suas discussões cada vez mais necessárias na sociedade e também em contexto escolar, principalmente para o Ensino de Ciências da Natureza. Há ainda que se pensar acerca das discussões sobre relações étnico raciais, diversidade sexuais, pobreza e desigualdade, entre outras, que devem permear indiscutivelmente o contexto escolar e o Ensino de Ciências.

Sabe-se que se trata de assuntos polêmicos e que muitas vezes passam invisibilizados dentro do contexto escolar, mas apesar de todos os ataques que a educação enfrenta ao abordar esses temas, por parte de grupos fundamentalistas, por exemplo, não podemos ser ingênuos a esse respeito, pois vivemos em um país onde a igualdade plena de direitos entre todos os cidadãos ainda é uma utopia e, portanto, se faz necessário a discussão sobre o tema para que a sociedade possa avançar nas suas perspectivas e na tomada de medidas. Esse trabalho de conclusão de curso, pretende investigar através de um breve panorama histórico como a Educação sexual chegou ao currículo atual e o porquê de ser extremamente tecnicista e em sua maioria restrita às matérias de ciências e biologia, muitas vezes ignorando as curiosidades levantadas pelos estudantes.

O Brasil é conhecido com um dos países que mais mata LGBTQIA+ no mundo, segundo Mendes & Silva (2019), o número de homicídios contra LGBT saltou de 158 casos no período de 2002 a 2006 para 558 casos no período de 2012 a 2016, o que representa um crescimento de 253% nesse período. Esse aumento é treze vezes maior se comparado ao aumento de homicídios na população geral, que saltou de 245.835 para 292.103 casos nos mesmos períodos, indicando uma crescente e preocupante onda de violência contra LGBTQIA+. Segundo relatório da ONU² (2019), o Brasil possui o maior número absoluto de homicídio de pessoas transgênero, com 938 casos no período de 2008-2016. Segundo relatório do ANTRA³ (2018) 85% dos

² Organização das Nações Unidas

³ Articulação Nacional de Travestir e Transexuais

assassinatos de pessoas trans ocorridos em 2017 no Brasil apresentam crueldade, como uso excessivo de violência, esquartejamentos, afogamentos e outras formas brutais de violência, além disso, esse estudo estima que cerca de 80% dos assassinos não tem relação direta com a vítima, indicando possivelmente que a motivação desses crimes seja a intolerância.

Pensar em uma escola que não seja capaz de trabalhar, em seu currículo, contra a produção de discursos de ódio é por ela mesma pactuante com esses discursos. Diante de números tão alarmantes de violência contra pessoas LGBTQIA+ é de se admirar que alguns segmentos da sociedade lutem para que a escola se cale. A sala de aula é o lugar de questionar e ensaiar lutas contra desigualdades, violências, opressões, e calar-se diante a tais evidências de violência é um ato contra a vida.

Após essa breve elucidação de alguns pontos acerca da importância de se trabalhar na escola questões relacionadas a corpo, gênero e sexualidade no currículo, se torna evidente a necessidade de uma educação que capacite o aluno para identificar tais questões nas situações cotidianas que vive e, a partir delas, praticar as mudanças que acredita serem necessárias. Então, ao analisar criticamente a forma como tais temas são abordados nos documentos oficiais, como a BNCC⁴, pretende-se que o trabalho sirva como suporte para construção de uma educação mais inclusiva e que dê visibilidade para essas questões.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Este trabalho tem como objetivo, compreender por meio de um breve panorama histórico, como a Educação Sexual é apresentada no currículo atual.

⁴ Base Nacional Comum Curricular

1.2.2 Objetivos Específicos

- Revisar a literatura em busca de alguns fatos históricos que contribuíram e moldaram a Educação sexual até o presente momento.
- Analisar os documentos oficiais BNCC e PCN⁵ com o objetivo de verificar como o tema é abordado, assim como em quais anos ele aparece.
- Verificar, por meio de uma revisão bibliográfica, se a sexarca⁶ está de fato diminuindo e investigar se o conteúdo programático que abrange essa faixa etária, apresenta Educação sexual.
- Através da revisão bibliográfica narrativa de artigos realizar um breve panorama histórico sobre a Educação sexual no Brasil.
- Demonstrar a importância que a Educação sexual possui, e que está intrinsecamente ligada à vida de forma geral, afetando muito mais que apenas o currículo.

1.3 JUSTIFICATIVA

A Educação sexual perpassa as áreas da educação, saúde e segurança pública, de extrema importância seu impacto pode auxiliar na diminuição de violências físicas e verbais, problemas de saúde pública como ISTs e gravidez na adolescência e por consequência na taxa de evasão nas escolas. Mais do que nunca esse tipo de educação se faz necessário.

No áudio da Analista de pesquisa Cristiane Soares sobre a PeNSE de 2019 liberada em 2021, tem-se que 20,1% das meninas de 13 a 17 anos já sofreram algum tipo de violência sexual, representando mais que o dobro dos 9% referente aos meninos da mesma faixa etária, há de se destacar que nesses casos 60% os escolares tinham idade igual ou inferior a 13 anos o que seria o equivalente ao 8º ano do ensino fundamental e anos inferiores. Ainda referente aos casos de violência sexual em 48,5% dos casos o agressor apresenta alguma relação de afetividade ou faz parte do ambiente doméstico, deixando o adolescente com um sentimento de desamparo, sem

⁵ Parâmetros Curriculares Nacionais.

⁶ Momento da primeira relação sexual.

saber a quem recorrer, entra a importância da escola ser um lugar de diálogo e acolhimento.

Em relação às ISTs o quadro não é menos preocupante segundo IBGE desde 2009 o uso de preservativo na última relação sexual apresenta uma redução de 7 pontos percentuais ao ano entre os jovens de 13 a 15 anos. Já quanto a gravidez na adolescência os dados da PeNSE indicaram que das adolescentes de 13 a 17 que já tiveram relação sexual 7,9% engravidaram alguma vez na vida. O que é de certa forma esperado, porém ainda choca é a brutalidade dessa diferença entre as escolas da rede pública (8,4%) e da rede particular (2,8%) com uma diferença de 5,6 pontos percentuais.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL

Na década de 60 um dos principais fatores que impediram que a Educação sexual entrasse para o sistema de ensino Brasileiro foi justamente a igreja católica e sua forte influência na rede de ensino e nas autoridades políticas. (ROSEMBERG, 1985) Contudo em 1968 a deputada Júlia Steinbuch (MDB - RJ) propôs a inclusão obrigatória da Educação sexual nos currículos do ensino fundamental e médio (primário e secundário na época), mas que infelizmente recebeu parecer contrário em 1970 da Comissão Nacional de Moral e Civismo. Em maio de 1970 também foi aprovada a censura prévia de livros e jornais, proibindo qualquer texto contrário aos bons costumes e à moral. Já em 1978 o tema volta ao público e percebe-se um afrouxamento da ditadura militar, e acontece o primeiro Congresso sobre Educação sexual nas Escolas, organizado por iniciativa particular, foi um dos principais responsáveis por despertar no público o interesse sobre o assunto, futuramente sendo um dos motivadores do debate sobre a Educação sexual ser incluída aos currículos se tornar público.

Instituído oficialmente em 1980, mas criado em 1972 o Centro de Sexologia de Brasília ou CESEX, fundado pelo Dr. Ricardo Cavalcanti e a Dra. Mabel Cavalcanti era composto por médicos e psicólogos, muitos deles professores universitários, foi o primeiro a oferecer um curso de sexologia no país (BUENO & RIBEIRO, 2018). E foi em 1980 o início da Educação sexual como conhecemos hoje, pois foi nesse ano o primeiro caso de Aids no Brasil, identificado apenas dois anos depois em 1982, era nesse momento que a epidemia causada pelo vírus HIV⁷ começava no país (GRECO, 2016). A ignorância da época levou a um entendimento equivocado quanto a transmissão da doença, a qual acreditavam que só circulava entre homossexuais, essa falha no entendimento da aids elevou de forma rápida e espantosa o número de casos, o que levou o Brasil à discussão de políticas de prevenção e conscientização que por sua vez possibilitou novamente os debates sobre a Educação sexual na escola, além de temas polêmicos como sexo e homofobia (RIBEIRO & REIS, 2020).

⁷ *Human Immunodeficiency Virus* (Vírus da Imunodeficiência Humana)

A preocupação em engajar-se no combate à doença (AIDS) fez com que organismos oficiais, tais como o Ministério da Educação, passassem a estimular projetos de Educação Sexual, e, em 1996, o MEC incluiu a temática, como tema transversal, nos seus Parâmetros Curriculares Nacionais (os PCN, a nova diretriz para a educação do País) (TREVISAN, 2000 p. 463 apud LOURO, 2001).

Como exemplificado pela citação de Louro (2001) a preocupação do governo da época era para com a doença, a Educação sexual se deu apenas como um meio para diminuir o problema, ela não foi pensada como educação e sim como forma de contingência, apesar de até os dias atuais o caderno de temas transversais do PCN sobre a Orientação sexual foram os que mais trouxeram a Educação sexual da forma esperada, como será discutido na próxima seção (2.2).

Assim, a Educação sexual que foi para as escolas não se deu como esperado, não foi como necessidade ou direito fundamental do indivíduo, mas como um instrumento para a prevenção da epidemia vigente (GRECO, 2016; RIBEIRO & REIS, 2020; BRASIL, 1998).

Na sequência apresentaremos o que dizem os documentos oficiais acerca da temática investigada nessa pesquisa.

2.2 PCN E BNCC

Os Parâmetros Curriculares Nacionais ou PCN são uma coleção de documentos não obrigatória que funciona como referencial de qualidade e orientação para os educadores, elaborados pelo Governo Federal eles normatizam alguns fatores fundamentais que dizem respeito a cada disciplina, além de trazerem temas transversais. Possuem ainda uma proposta flexível permitindo que suas orientações sejam adaptadas juntamente aos conteúdos à realidade social e localidade onde for aplicada. São divididos em 10 volumes sendo um de introdução, oito de áreas do conhecimento, e um para os temas transversais, dentre eles a Orientação sexual sendo o volume 10.2 para o Ensino fundamental I e o volume 10.5 para o Ensino Fundamental II. Os PCNs entendem que a sexualidade além de marcada pela história, polêmica, evolução social e cultura, também é fundamental na vida de todos, sendo indispensável sua abordagem na escola como algo substancial à vida. (BRASIL 1997, BRASIL 1998)

Já a BNCC ou Base Nacional Comum Curricular o conteúdo só é abordado na área de Ciências da Natureza para o Ensino Fundamental e Ciências da Natureza e

Suas Tecnologias para o Ensino Médio, mas sem trazer o termo Educação sexual ou seus sinônimos. No 1º ano do Ensino Fundamental na Unidade Temática vida e evolução e objetivo de conhecimento corpo e evolução, nos quais entram as habilidades EF01CI02 e EF01CI03 (Quadro 1); no 8º ano do Ensino Fundamental, Unidade Temática Vida e evolução e objetivo de conhecimento Mecanismos reprodutivos e Sexualidade, nos quais entram as habilidades EF08CI08, EF08CI09, EF08CI10 e EF08CI11 (Quadro 1); e na Competência Específica 2 do Ensino Médio, Habilidade EM13CNT207 (Quadro 1).

Quadro 1 - Habilidades BNCC (2018)

Base Nacional Comum Curricular		
Etapa de Ensino	Ano de ensino	Habilidades
Ensino Fundamental	1º Ano	(EF01CI02) Localizar, nomear e representar graficamente (por meio de desenhos) partes do corpo humano e explicar suas funções. (p.333)
		(EF01CI03) Discutir as razões pelas quais os hábitos de higiene do corpo (lavar as mãos antes de comer, escovar os dentes, limpar os olhos, o nariz e as orelhas etc.) são necessários para a manutenção da saúde. (p.333)
	8º Ano	(EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso. (p.349)
		(EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). (p.349)
		(EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção. (p.349)
		(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).
Etapa de Ensino	Competência Específica	Habilidade
Ensino Médio	2. Analisar e utilizar interpretações sobre a dinâmica da Vida, da Terra e do Cosmos para elaborar argumentos, realizar previsões sobre o funcionamento e a	(EM13CNT207) Identificar, analisar e discutir vulnerabilidades vinculadas às vivências e aos desafios contemporâneos aos quais as juventudes estão expostas, considerando os aspectos físico, psicoemocional e social, a fim de desenvolver e divulgar ações de prevenção e de promoção da saúde e do bem-estar. (p.557)

	evolução dos seres vivos e do Universo, e fundamentar e defender decisões éticas e responsáveis. (p.556)	(EM13CNT208) Aplicar os princípios da evolução biológica para analisar a história humana, considerando sua origem, diversificação, dispersão pelo planeta e diferentes formas de interação com a natureza, valorizando e respeitando a diversidade étnica e cultural humana. (p.557)
--	--	--

Fonte: BNCC (2018)

Desses dois referenciais curriculares brasileiros, nota-se uma clara diferença quanto à abordagem do tema Educação sexual, e que apesar da BNCC ser relativamente mais nova em relação ao PCN sua abordagem é aquela do início dos anos 80, centrada apenas no lado biológico. Já o PCN por sua vez no próprio conteúdo do documento apresenta uma abordagem consideravelmente mais moderna e ajustada aos pensamentos atuais, como Fernandes já apontou em sua dissertação essa discrepância entre os documentos apresenta um claro e preocupante retrocesso na educação brasileira. (FERNANDES 2020, p.48)

2.3 SEXARCA, A IDADE DA PRIMEIRA VEZ ESTÁ DIMINUINDO?

Menarca é a primeira menstruação, o termo vem do grego *Men* (mês) e *Arkhe* (começo), por dedução sexarca é a primeira relação sexual sendo sex derivado do latim *sexus* (sexo) e arca do grego *Arkhe* (começo) (SIMÕES 2017). Cada vez mais nota-se uma diferenciação sociocultural quanto ao que se espera da primeira vez, percebe-se uma desvinculação da prática sexual com a ideia de reprodução (ASSIS, et al. 2010) e a discordância da vida sexual com a conjugal (GONÇALVEZ. et al. 2008). Nesse sentido, o estudo realizado por Assis et al. demonstra que a idade da primeira relação sexual e da menarca se encontram cada vez mais próximas.

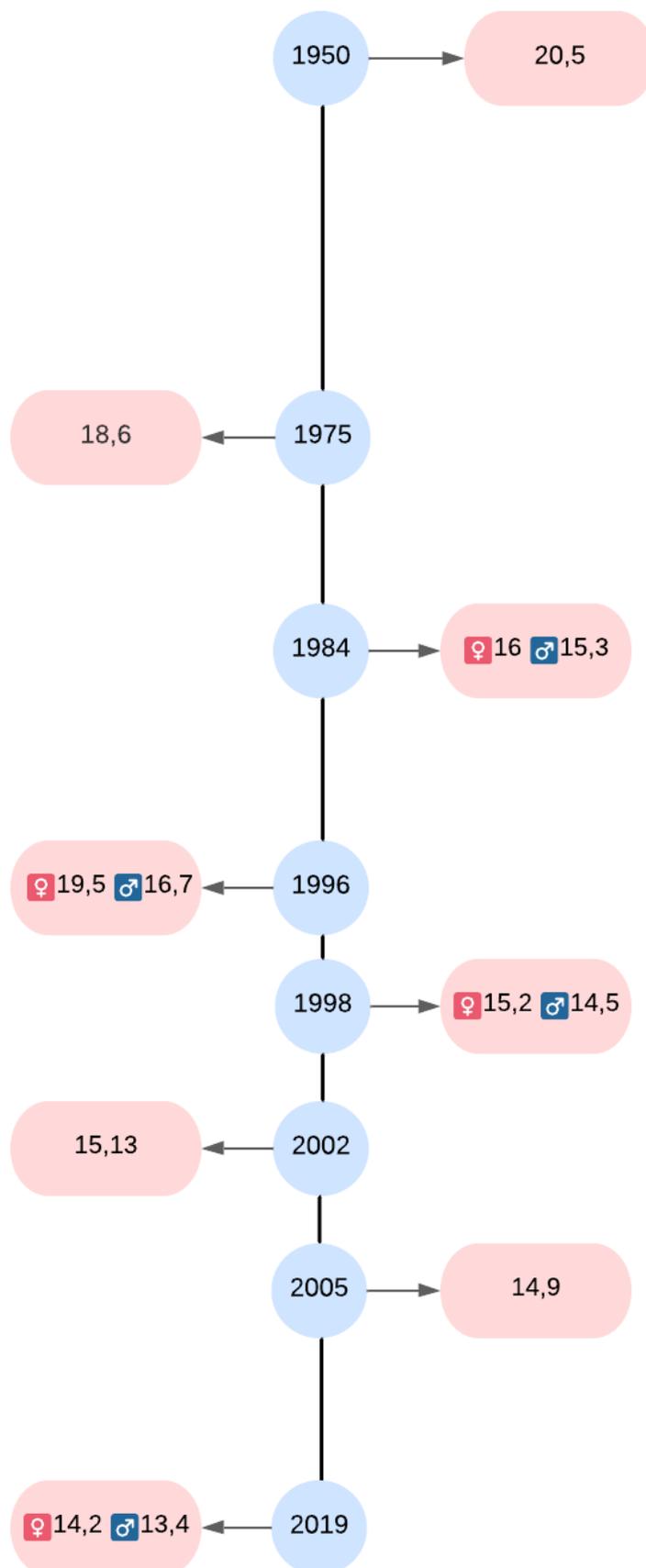
De acordo com os dados da PeNSE 2019 no estudo realizado com aproximadamente 11,8 milhões (11.851.941) de escolares de 13 a 17 anos, houve uma redução de 2,1 p.p. quanto aos adolescentes que já tiveram a primeira relação sexual, em comparação aos resultados de 2015. Sendo essa a primeira comparação visto que a 3ª edição do PeNSE (2015) foi a primeira a incluir escolares de 13 a 17 anos. Contudo apesar da diminuição ter certa expressividade observou-se uma redução também na idade a qual está ocorrendo a primeira relação sexual.

Através da pesquisa bibliográfica tem-se as seguintes idades da sexarca ao longo dos anos: Na década de 1950, aos 20,5 anos; 1975, aos 18,6 anos

(GONÇALVEZ et. al. 2008); 1984, aos 15,3 anos entre os homens e 16 anos entre as mulheres; 1996, aos 19,5 anos para as mulheres e 16,7 anos para os homens; 1998, a idade média verificada diminuiu para 14,5 os meninos e 15,2 anos as meninas; 2002 média aos 15,13 anos de idade (BORGERS 2005); 2005 média de 14,9 (PAIVA et al 2008); Por fim em 2019 obteve-se uma média de 13,4 anos para os meninos e de 14,2 anos para as meninas (PeNSE 2019, 2021). Para uma melhor visualização foi elaborada uma linha temporal com as informações anteriormente citadas (Figura 1)

Dentro da PeNSE 2019 ainda vale ressaltar as diferenças significativas entre estudantes da rede pública e da rede privada, e a diferença entre meninos e meninas quanto à primeira relação sexual. O estudo mostra que dos adolescentes entre 13 e 17 anos das escolas da rede pública 37,5% informaram que já tiveram relação sexual, enquanto na rede privada esse número caiu para 23,1%, uma diferença de 14,4 p.p. Já as análises por sexo, apresentaram uma diferença de 8,8 p.p. sendo 39,9% dos meninos, enquanto entre as meninas o percentual foi de 31,0%, sendo esses aqueles que já tiveram relação sexual alguma vez. Em conclusão aos dados extraídos da PeNSE 2019, nota-se que dá multiplicidade de fatores envolvidos no cenário da iniciação sexual as variáveis sociodemográficas se sobressaem em relação ao regime das relações de gênero.

Quanto à redução da idade da sexarca, há autores como Paiva et al. (2008) que discordam, afirmando que de acordo com o observado nos Estados Unidos existe uma tendência à estabilização da idade para a iniciação sexual dos jovens de 15 a 19 anos. Contudo, autores mais recentes como Hugo et al (2011) e Spinola et al.(2020) e ainda a última análise liberada pelo IBGE (2021) apresentam um consenso quanto à redução da idade da primeira relação sexual.

Figura 1 – Linha temporal da idade da Sexarca no Brasil

2.4 A EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA HOJE

A adolescência vem do latim *adolescere* crescer e é o momento em que se tem uma maior exploração da sexualidade. Entretanto, essa fase deve ser guiada e instruída e não ignorada ou restringida a doenças e nomes científicos. No Brasil a adolescência é a fase entre os 12 e 18 anos como definido pelo Estatuto da Criança e Adolescência (ECA), já a Organização Mundial da Saúde (OMS) define como a fase intermediária entre a infância e a vida adulta sendo dos 10 aos 19 anos. Independente da faixa etária, é o período que segundo Wallon há a predominância da direção centrípeta, estágio impulsivo-emocional onde predominam os conjuntos motor e afetivo. É um período de fortes mudanças biológicas e psíquicas e principalmente onde ocorre a sexarca (Primeira relação sexual), a qual está acontecendo cada vez mais cedo e é de fundamental importância para saúde pública (SANTOS, 2015).

O consenso entre autores e estudiosos do tema é justamente o fato de que a Educação Sexual não pode ser restrita a biologia e questões sanitárias (CASSIAVILLANI & ALBRECHT, 2022). Deve-se haver integração entre as dimensões emocionais, sensíveis, cognitivas, éticas e físicas, impedindo que sua concepção se dê por meio de conjuntos fragmentados. Da mesma forma que não pode se limitar ao estudo de ciências e biologia, mas sim vista de forma interdisciplinar.

[...]O jovem não pode prescindir do conhecimento conceitual em Biologia para estar bem informado, se posicionar e tomar decisões acerca de uma série de questões do mundo contemporâneo, que envolvem temas diversos, como: identidade étnico-racial e racismo; gênero, sexualidade, orientação sexual e homofobia; gravidez e aborto[...]" (BRASIL, 2016 p.150)

De acordo com Furlanetto et. al. as orientações emitidas nos PCN aparentam não terem sido seguidas, visto que um dos grandes problemas atuais trazidos por diferentes autores como Hugo e Spínola, é a iniciação sexual precoce. Além disso, outro problema é justamente a falta de preparo dos profissionais da escola, desde professores a pedagogos e funcionários frente a manifestações de sexualidade, o que por muitas vezes acaba por resultar em condutas discriminatórias.

A sexualidade está presente em todas as faixas etárias. Normalmente, o que acontece é a negação por parte da sociedade, e, por não saber como lidar, dos professores e profissionais de saúde. A escola, querendo ou não, depara-se com situações nas quais é chamada a intervir. Seja numa brincadeira entre os colegas ou nas inscrições que ficam pelas portas e paredes dos

banheiros, a sexualidade se apresenta no cotidiano da escola. (RIBEIRO & REIS, 2020)

A Educação sexual na escola se dá como tema transversal como proposto pelo PCN, os temas transversais não são novas disciplinas, eles são incorporados a áreas já existentes e foram desenvolvidos para lidar com questões urgentes e importantes presentes na vida cotidiana. Na escola ela deve se dar desde o momento inicial da criança na instituição e ser desenvolvida durante toda sua vida escolar. Sendo trabalhada de forma livre e orgânica nos primeiros anos, de forma que o trabalho percorra todas as disciplinas sendo desenvolvido no dia-a-dia e conforme as crianças apresentarem suas dúvidas.

“A partir de que idade se educa sexualmente uma criança? Ai eu te pergunto Edu, a partir de que idade uma criança pode ser vítima de violência sexual?”
Anna Luiza Calixto em entrevista ao Podcast Napa Cast.

Já para os anos do ensino fundamental dois que contempla a faixa etária dos 11 aos 14 anos em ensino regular, segundo o próprio PCN, a educação deve constituir de uma sistematização, buscando os interesses dos estudantes além de abrir um canal para que os mesmos possam debater e tirar dúvidas de forma segura e amparada, visto que essa faixa etária já possui uma capacidade maior de diálogo. Por se constituir da etapa onde as crianças passam a tornar-se adolescentes, essa fase de transição é cheia de dúvidas e questionamentos, sendo assim o compromisso da instituição para com alunos e capacitação de professores e profissionais da escola é fundamental. (BRASIL, 1998)

“Esse argumento das metas prioritárias em educação será provavelmente o obstáculo que se enfrentará daqui para frente não apenas para a introdução da Educação sexual na escola, mas para qualquer iniciativa que possa vir a usar tempo dos alunos (ou de professores) e recursos.” (ROSEMBERG, 1985, p.18)

Contudo de acordo com a revisão sistemática de Furlanetto (2018) que analisou 24 artigos pertinentes a Educação sexual demonstrou que de maneira geral as atividades desenvolvidas são de caráter temporário e não contínuo, muitas vezes realizadas por profissionais que não fazem parte da escola, e com 75% das ações concentradas apenas no ensino fundamental. O que nos leva a Ribeiro e Reis (2020, p.382) os quais afirmam que para a escola desenvolver um trabalho adequado e por sua vez contínuo, é de substancial importância que a sexualidade, orientação sexual ou

educação sexual esteja inserida no Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, de forma que todas as unidades do conhecimento trabalhem em sincronia e de forma planejada.

As atividades oferecidas no âmbito escolar voltadas para programas de saúde podem fortalecer o vínculo dos alunos com os professores, facilitando o diálogo e o relacionamento sobre a temática, além de fornecer maior monitoramento deste público específico. (MORAES et. al. 2019, p. 69).

2.5 PROFISSIONAL DESIGNADO

Atualmente para grande maioria das pessoas o profissional designado a trabalhar com a Educação sexual na escola é o professor de ciências e biologia. Esse fato se dá principalmente pelo histórico da temática no país, visto que seu principal impulsionador foi a pandemia de Aids no início da década de 80. Esse impulso, apesar de facilitar o adentramento do conteúdo na escola, cobra seu preço até hoje, como cita Lira e Jofili (2010) “São notórias, as limitações da abordagem sobre a reprodução humana, realizada pelas escolas, pois esse trabalho não contempla as ansiedades e curiosidades entre as crianças e adolescentes”.

Os cadernos de orientação sexual do PCN de 1997 e de 1998, citam a educação física como um espaço privilegiado, justamente por já realizar e ter a cultura de trabalhar como o corpo, essa “cultura corporal” como é chamada pelos documentos permitiria um espaço adequado para a construção de conhecimento e respeito ligado ao mesmo, “possibilitar uma melhor percepção do próprio corpo pelos adolescentes e jovens” (BRASIL, 1998). Ainda citam também a Arte e o teatro, onde pode-se abordar as diferentes representações corporais ao longo da história e relativiza-las. Apesar de citar algumas áreas como privilegiadas, os PCNs trabalham o conteúdo de forma interdisciplinar perpassando as diferentes áreas do conhecimento e demonstrando como pode se aplicar a cada uma.

Já a pesquisa de Figueiró (2020), que analisou publicações de 1980 a 1996, aponta que não há um consenso entre os estudiosos da área para qual profissional deveria assumir a Educação sexual. Os profissionais que foram citados nos trabalhos analisados por Figueiró foram: Professor de biologia; Professor de Educação Física; Profissionais da área da saúde; e Enfermeiros. Para Fernandes (2020 p. 186) em seu plano de aula 5, dentro de uma sequência didática desenvolvido para o 5º ano do

Ensino Fundamental, é importante trazer junto ao professor um profissional da saúde, como enfermeiro/a ou médico/a, para que a barreira entre as crianças e esses profissionais seja derrubada e haja a construção de confiança entre as partes.

Contudo o que se aplica aos dias atuais e a realidade da maioria das escolas é justamente a afirmação feita por Figueiró em 1996, “Muitas vezes, é o contato com a realidade, no exercício profissional cotidiano, que impulsiona profissionais conscientes, e de boa vontade a intervirem na Educação Sexual.” (2020, p.274).

Mas de forma geral na revisão sistemática realizada por Furlanetto et al. (2018), o principal responsável pela Educação sexual na escola tem sido o Professor de Ciências e Biologia. O que por sua vez pode ser relacionado ao fato de professores de outras áreas do conhecimento se sentirem intimidados em desenvolver um trabalho sistemático dentro da temática, muitas vezes se isentando da tarefa (OIVEIRA, 2001 apud LIRA & JOFILI, 2010).

3 METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica segundo Gil (2016) é aquela realizada a partir de materiais previamente publicados, sua principal vantagem é possibilitar a investigação de um grande número de material facilitando o acesso a uma maior série de fenômenos os quais não seriam contemplados na pesquisa direta. As principais revisões bibliográficas utilizadas são, revisões narrativas, revisões sistemáticas, revisões integrativas e as bibliométricas.

Para o presente trabalho optou-se pela revisão bibliográfica narrativa. A revisão narrativa é um método subjetivo, apresenta uma temática mais aberta quando comparada a revisão sistemática, não exige um protocolo rígido para sua confecção e tem por intuito “fornecer sínteses narrativas e compreensivas das informações que já foram publicadas” (FLOR, 2021, p.6).

Para a busca de artigos e trabalhos como fonte de pesquisa, utilizou-se os seguintes descritores e operadores booleanos: Educação Sexual; Educação Sexual AND Escola; Orientação sexual AND Escola; Sexarca; Aids AND Brasil; Menarca. As bases de dados utilizadas foram *Scholar Google* e *Scielo*. Não houve recorte temporal na pesquisa, sendo o artigo mais antigo utilizado Rosemberg 1985 e o mais atual Cassiavillani & Albrecht 2022, a fim de contemplar o maior quadro temporal possível para a realização do panorama histórico, mas que ainda fizesse sentido de se observar, para isso foram escolhidos artigos que contribuíssem de forma relevante, mas que se espaçassem temporalmente na linha do tempo (Figura 2)

Para a confecção deste trabalho foram utilizados 9 artigos sobre sexarca (Quadro 2) e 13 sobre Educação sexual (Quadro 3).

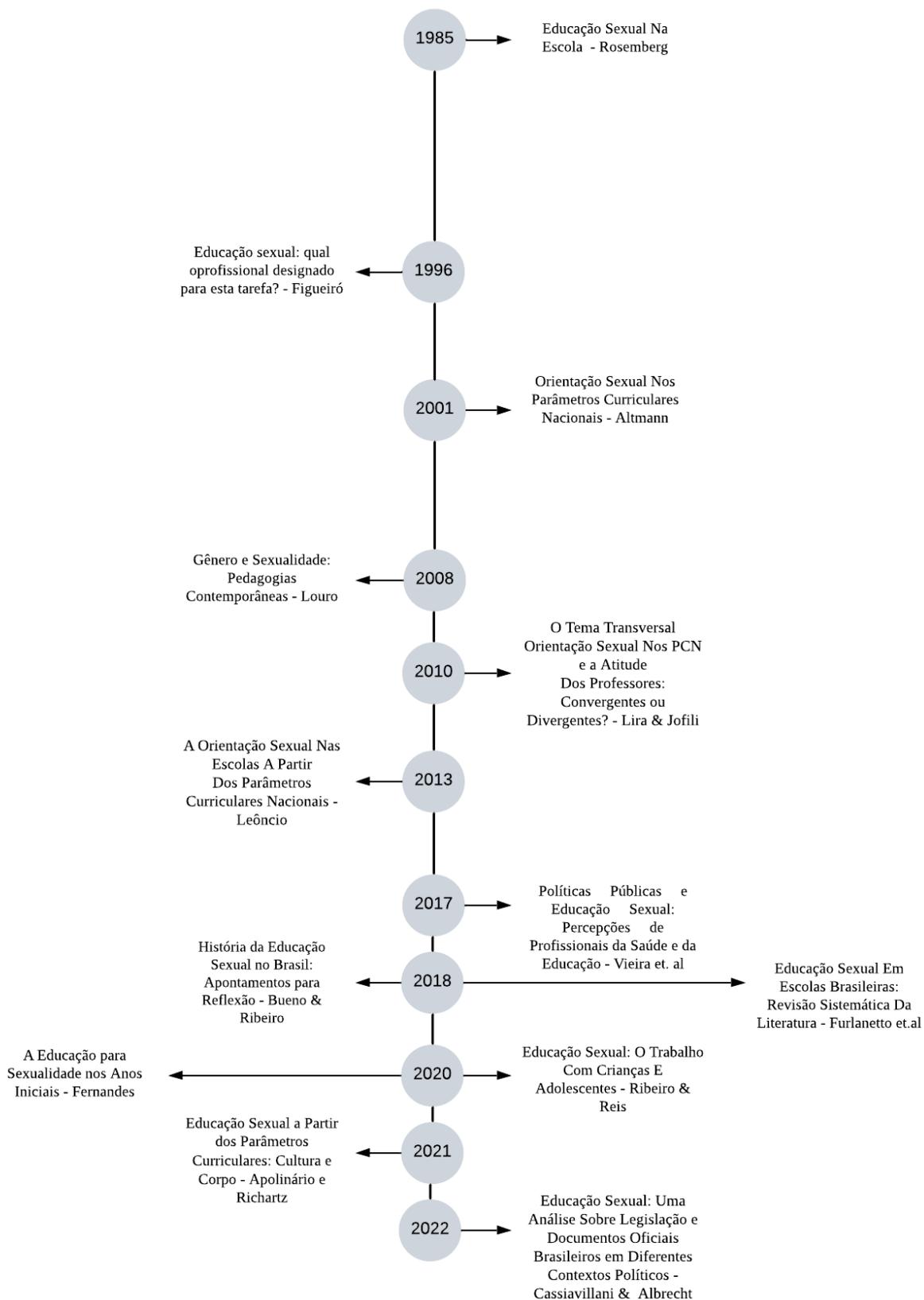
Quadro 2 - Artigos referentes a sexarca

Sexarca			
Título	Ano	Autores	Fonte
Início da Vida Sexual na Adolescência e Relações de Gênero: Um Estudo Transversal em São Paulo, Brasil, 2002	2005	Ana Luiza Vilela Borges & Néia Schor	SciELO
Idade e Uso de Preservativo na Iniciação Sexual de Adolescentes Brasileiros	2008	Vera Paiva, et.al	SciELO
Prática Sexual na Adolescência	2010	Michelle Ribeiro Assis	RPCFO - Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online
Fatores Associados À Idade da Primeira Relação Sexual em Jovens: Estudo de Base Populacional	2011	Tairana Dias de Oliveira Hugo, et. al	SciELO
Início da Vida Sexual Entre Adolescentes (10 A 14 Anos) e Comportamentos em Saúde	2015	Helen Gonçalves, et. al	SciELO
Fatores que Contribuem Para o Início da Atividade Sexual em Adolescentes: Revisão Integrativa	2015	Taciana Mirella Batista dos Santos, et. al	RAS - Revista de Atenção à Saúde
Iniciação Sexual de Adolescentes e Conhecimento dos Métodos Contraceptivos	2015	Raquel Nascimento de Oliveira, et. al	Revista de Ciências da Saúde Nova Esperança
Fatores Associados à Iniciação Sexual Precoce de Adolescentes em Santarém-Pará	2020	Mara Cristiany Rodrigues Spinola	SANARE- Revista de Políticas Públicas
Início da Atividade Sexual e Sexo Protegido em Adolescentes	2021	Kleber José Vieira, et. al	SciELO

Quadro 3 – Artigos referentes a Educação sexual

Educação Sexual			
Título	Ano	Autores	Fonte
Educação Sexual na Escola	1985	Fúlvia Rosemberg	CP - Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas
Educação Sexual: Qual o Profissional Designado Para Esta Tarefa?	1996	Mary Neide Damico Figueiró	Revista Brasileira de Sexualidade Humana
Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais	2001	Helena Altmann	SciELO
Gênero e Sexualidade: Pedagogias Contemporâneas	Agosto de 2008	Guacira Lopes Louro	SciELO
O Tema Transversal Orientação Sexual nos PCN e a Atitude dos Professores: Convergentes ou Divergentes?	2010	Andreia Lira & Zélia Jofili	REMPEC - Ensino, Saúde e Ambiente
A Orientação Sexual nas Escolas a Partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais	2013	Joana Maria Macedo Leôncio	REGS - Educação, Gestão e Sociedade
Políticas Públicas e Educação Sexual: Percepções de Profissionais da Saúde e da Educação	2017	Priscila Mugnai Vieira, et. al	INTERthesis- Revista Internacional Interdisciplinar
Educação Sexual em Escolas Brasileiras: Revisão Sistemática da Literatura	Junho de 2018	Milene Fontana Furlanetto et. al	SciELO
História da Educação Sexual no Brasil: Apontamentos para Reflexão	2018	Rita Cássia Pereira Bueno & Paulo Renes Marçal Ribeiro	RBSH - Revista Brasileira de Sexualidade Humana
A Educação para Sexualidade nos Anos Iniciais	2020	Fernanda Fernandes	Acervo Digital da UFPR
Educação Sexual: O Trabalho com Crianças e Adolescentes	2020	Marcos Ribeiro & Wagner Reis	RBSH - Revista Brasileira de Sexualidade Humana
Educação Sexual a Partir dos Parâmetros Curriculares: Cultura e Corpo	2021	Poliana Apolinário & Terezinha Richartz	Repositório UNIS
Educação Sexual: Uma Análise Sobre Legislação e Documentos Oficiais Brasileiros em Diferentes Contextos Políticos	2022	Thiene Cassiavillani & Mirian Pacheco Silva Albrecht	SciELO

Figura 2 – Linha do tempo dos artigos selecionados para o tema Educação Sexual



4 DISCUSSÃO

Consenso entre a maioria dos autores sobre o tema é a importância que a Educação sexual tem e sua enorme influência no desenvolvimento de crianças e adolescentes, na saúde e segurança pública. Além dos autores nacionais mencionados e referenciados ao longo deste trabalho, há um forte apoio da UNESCO sobre o assunto. Publicado em 2018 pela UNESCO em inglês, mandarim e russo, o *International Technical Guidance Of Sexuality Education* (Guia técnico internacional de educação sexual, em tradução livre) traz uma série de pontos benéficos trazidos pela *Comprehensive sexuality education* (CSE) (Educação sexual compreensível, em tradução livre) que segundo o próprio documento seria um currículo baseado em processos de aprender e ensinar sobre os aspectos cognitivos, emocionais e físicos da sexualidade. Os pontos destacados foram: O aumento da idade na qual ocorre a sexarca; Diminuição da frequência das relações sexuais; Diminuição no número de parceiros sexuais; Redução no assumir riscos; Aumento do uso de preservativos; Aumento do uso de contraceptivos; Aumento do conhecimento sobre os diferentes aspectos da sexualidade; e Melhoramento das atitudes relacionadas a saúde sexual e reprodutiva (UNESCO, 2018 p.28).

Um ponto muito importante enfatizado pelo documento é que a educação sexual dentro ou fora das escolas não aumenta a atividade sexual, nem comportamentos de risco ou as taxas de IST/HIV. Na realidade como mostrado pelo estudo realizado por Moraes et al. (2019) conversar com professores sobre temas relacionados como HIV ou sexo reduz em até 41% as chances de uma sexarca precoce. Antes de Moraes o projeto “Comportamento Sexual da População Brasileira e Percepções do HIV/AIDS⁸” (2003) já abordava que a pesquisa realizada em 1998 identificava que uma maior escolaridade resultava nos jovens se iniciarem sexualmente mais tarde.

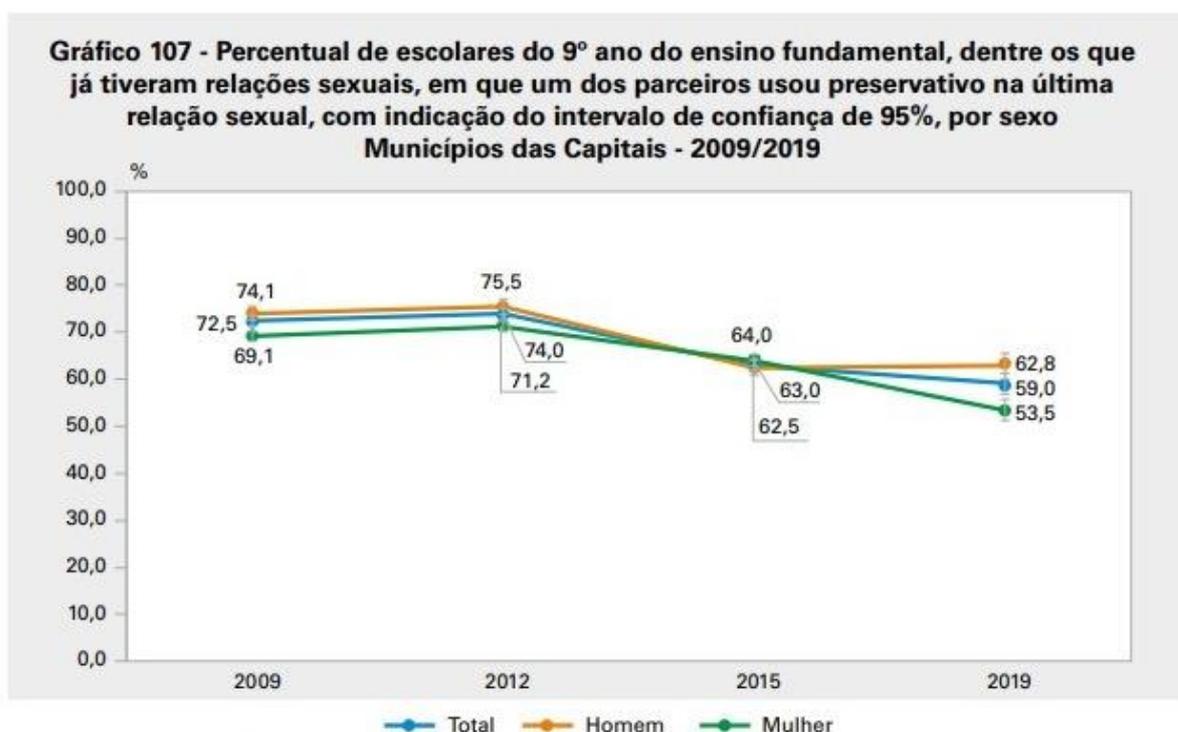
Outro ponto de importante destaque é o aparecimento da tecnologia, mas precisamente a internet e a facilidade de acesso informação e desinformação ou “*Fake News*” que veio junto a ela. Muitas vezes os responsáveis pelas crianças e adolescentes acabam por se cercar de notícias falsas sobre a Educação sexual. Com a internet vieram também as redes sociais, que facilitaram muito o contato com pessoas

⁸ *Acquired Immunodeficiency Syndrome* (Síndrome da Imune deficiência Adquirida).

estranhas e tornaram simples encontros de sexo casual, mas infelizmente a geração que desfruta hoje desses recursos não é fruto de uma Educação sexual emancipatória. Torna-se então imprescindível que a Educação sexual além de ser trabalhada na escola também seja trabalhada junto aos responsáveis de forma integrada (BUENO, 2018; APOLINÁRIO & RICHARTZ, 2021)

Um dos desafios atuais é a redução da idade em que acontece a sexarca, essa exposição precoce a vida sexual acarreta diversos problemas e está ligada a comportamentos de risco à saúde como a utilização de drogas ilícitas; Episódio de embriaguez; Episódio de briga; Uso experimental de cigarro; e Uso experimental de álcool (GONÇALVES et al., 2015), mas também a comportamentos sexuais de risco tais quais número elevado de parceiros, baixa frequência de uso de preservativo, contração de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e gravidez não planejada. (MORAES et al., 2019). O baixo uso de preservativos foi tema da mais atual comparação do IBGE na PeNSE 2009/2019, onde os dados mostram uma redução 13,5 pontos percentuais no uso de preservativo na última relação sexual de escolares do 9º ano entre 2009 e 2019 (Figura 3).

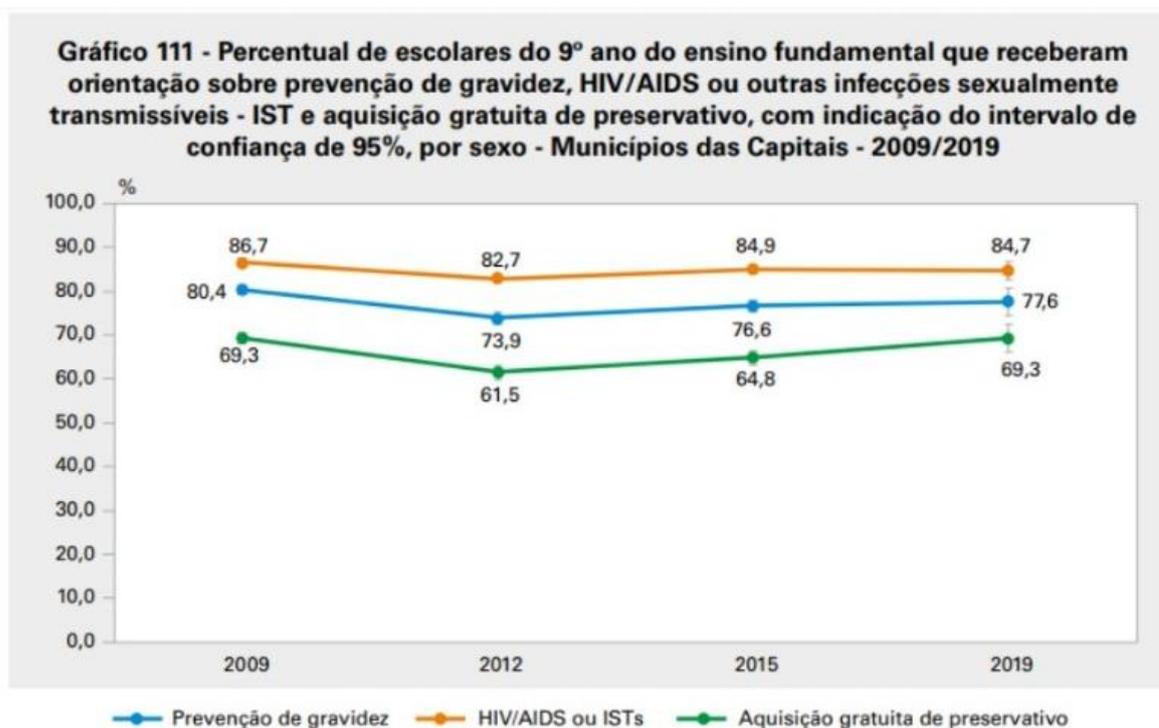
Figura 3 - Gráfico IBGE



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009/2019.

Embora os preservativos estejam disponíveis gratuitamente na rede pública de saúde, a uma carência dessa informação por parte dos jovens (Figura 4), assim como a forma correta de utilização, o que é imprescindível para que o método tenha êxito tanto como contraceptivo quanto como barreira contra ISTs (SPINOLA,2020). Como implicação existe a extrema necessidade de ações de saúde e estratégias educativas que garantam a aquisição de conhecimento e acesso a métodos contraceptivos (GONÇALVES et al.,2015; VIEIRA et. al.,2021), essas ações e estratégias entretanto não devem focar apenas na parcela sexualmente ativa, mas principalmente naqueles que ainda não iniciaram a vida sexual, a fim de estimular e incentivar atitudes responsáveis no exercício da sexualidade, legitimando o direito do adolescente de viver sua vida sexual e reprodutiva com segurança (GONÇALVES,2008; SANTOS et. al., 2015; SPINOLA,2020; VIEIRA et. al.,2021).

Figura 4 – Gráfico IBGE



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009/2019.

Afim de exemplificar o parágrafo anterior se fez uso do Gráfico do IBGE o qual demonstra o percentual de estudantes do 9º que receberam informações sobre Prevenção de gravidez, HIV/AIDS ou ISTs e Aquisição gratuita de preservativos,

novamente da PeNSE 2009/2019 por se tratar de uma comparação de 2009 até 2019 e ser a pesquisa mais recente. No gráfico da figura x fica claro que dentro da faixa etária dos escolares dos 9º anos, os números além de insuficientes são preocupantes uma vez que apesar de insuficientes ainda apresentaram queda, mal conseguindo voltar ao que foi descrito em 2009, o que reflete uma carência absurda do sistema educacional em proporcionar essas informações mesmo que pelas aulas de ciências e biologia, o que reafirma a necessidade da Educação sexual na escola.

Contudo um dos grandes desafios enfrentados hoje para que a temática se dê de forma apropriada na escola é as políticas públicas e diretrizes acerca de temas envolvendo sexualidade e gênero, essas são fonte de fortes debates e críticas, além de historicamente se alternarem entre avanços e retrocessos. Como Leôncio (2013) afirma: “Entre a teoria e a práxis, o professor fica no meio do caminho, exatamente onde mora a falta de políticas públicas voltadas para a educação” (LEÔNCIO, 2013 p.10). Muitos são os autores que destacam a falta das mesmas, como Oliveira et al. (2015) e Cassiavillani e Albrecht (2022) que explicitam a falta de uma lei específica sobre Educação sexual, na medida que Portugal elaborou sua primeira lei específica no ano de 1984, e sua falta como conteúdo curricular obrigatório.

Apesar de não estar no currículo obrigatório ela aparece como tema transversal no PCN pelo nome de Orientação sexual, todavia de acordo com a pesquisa realizada por Lira e Jofili (2010) com professores de ciências biológicas, muitos profissionais não utilizam o mesmo, afirmando que não faz parte de sua prática pedagógica e não desperta o interesse do educador, porém os mesmos afirmam que poderia fazer parte do universo docente caso houvessem políticas de apoio, principalmente a formação continuada. O nos leva ao fato de que há várias iniciativas do ministério da saúde para a promoção da Educação sexual, como “Os Direitos Sexuais e Reprodutivos, Uma Prioridade do Governo” publicado em 2005; “Marco Teórico e Referencial, Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva de Adolescentes e Jovens” publicado em 2007; “Caderneta de Saúde da Adolescente”, “Caderneta de Saúde do Adolescente” publicados em 2009; e “Cadernos de Atenção Básica, Saúde Sexual e reprodutiva” publicado em 2013. Mas apesar das inúmeras iniciativas, como explicado por Cassiavillani e Albrecht (2022):

[...]recorrentes ciclos de avanços e retrocessos nos diferentes contextos políticos desde a redemocratização culminaram em políticas de Educação

Sexual cheias de lacunas e discontinuidades, sem que fosse desenvolvida uma lei específica sobre o tema, impedindo sua consolidação dentro das escolas brasileiras. (CASSIAVILLANI & ALBRECHT, 2022 p.2)

Todavia o cenário atual trás consigo esperanças para a Educação sexual nos anos subsequentes a 2023. O que será a 4^o edição da caderneta da saúde da/o adolescente, está prevista para primeiro de fevereiro de 2023, sua validação contou com a consulta de crianças e adolescente de 10 a 19 anos. Essa nova versão será novamente dividida por gênero, mas agora terá mais uma divisão por faixa etária sendo dos 10 aos 13 e dos 14 aos 19, totalizando um total de 4 versões. O ex-ministro da Saúde Henrique Mandetta afirmou, em 12 de março de 2019, quando decidiu rever a Caderneta:

“Ficou uma linguagem única. A adolescência é um período muito vasto. O início não é uma data matemática. Tem meninas de 10 anos com menarca instalada e tem meninas de 14 anos que não tiveram o primeiro ciclo menstrual”. - Henrique Mandetta (TOKARNIA, 2019)

Por fim o decreto nº 11.074 alterou o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, para instituir o Programa de Proteção Integral da Criança e do Adolescente – Protege Brasil dia 18 de maio de 2022. O Programa Protege Brasil (Figura 5) é responsável por várias iniciativas, inclusive o “Plano Nacional de Prevenção ao Risco Sexual Precoce e a Gravidez na Adolescência” os quais possui as seguintes diretrizes: 1. Intersetorialidade; 2. Descentralização e Corresponsabilidade; 3. Prevenção Primária; 4. Educação Sexual Abrangente; 5. Formação e Capacitação Profissional; 6. Multiplicidade Étnico-Racial; 7. Uso de Tecnologias; 8. Participação da Família e Fortalecimento de Vínculos; 9. Atenção Especializada a Crianças e Adolescentes com Deficiência; 10. Disseminação de Informações Sobre Violência Sexual e Estupro de Vulnerável. Ao abranger praticamente todos os desfalques da Educação Sexual no Brasil o plano traz uma perspectiva muito positiva para o futuro, contudo sua implementação depende da sua adesão.

A adesão ao Plano Nacional está aberta aos Municípios, Distrito Federal e Estados brasileiros, mas também a instituições privadas de ensino, organizações da sociedade civil e demais atores que fazem parte da rede de proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes, por intermédio do preenchimento do formulário de adesão constante

no site do Sistema Nacional de Direitos Humanos. (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2022)

Figura 5 - Logo do Projeto Protege Brasil



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Além das dificuldades trazidas pela execução da temática na escola, também esbarramos no fato de que os próprios profissionais licenciados em Ciências Biológicas, os quais são muitas vezes impostos a lidar com a Educação sexual (como discutido na seção 2.), recebem pouca ou quase nenhuma instrução sobre o assunto. Como pode-se observar na grade curricular para o curso de Ciências Biológicas da UFPR (Anexo 1) onde há apenas duas disciplinas (Projeto Integrado em Sexualidade, Corpo e Gênero [EM151]; Tópicos Integrados em Anatomia e Fisiologia Humanas [BIO017]) que abordam o tema sendo as duas optativas concorrentes. O que nos leva a pensar que nem o próprio currículo universitário entende esse profissional como designado para o ensino da Educação sexual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que entre as principais queixas dos autores encontram-se as políticas públicas, em regime de ioiô elas apresentam um quadro de progressos e retrocessos, o que preocupa quando surgem novas políticas como o Projeto Protege Brasil que apresenta grande potencial, e espera-se que não seja apenas mais um na lista de feitos por obrigação, mas que seja de fato implantado pensando na realidade atual e na sua necessidade. Ligadas diretamente a realidade da Educação sexual nas escolas, as políticas públicas influenciam professores e alunos, que muitas vezes se sentem desamparados por falta ou por falta de conhecimento das mesmas. Nota-se que um dos pontos que mais chamam atenção é o caminho entre as políticas e os que se beneficiariam delas, já que por muitas vezes ficam desconhecidas do público geral, acabando por atender apenas a uma pequena parcela mais ciente do meio político.

Outro fator importante é na percepção de que quanto a Educação sexual, nota-se uma carência muito maior por parte das escolas da rede pública do que da rede privada, uma vez que essa diferença ultrapassa até mesmo as diferenças de gênero, como abordado na seção 2.3. Um dos possíveis fatores é justamente a falta da abordagem dessa temática por parte de documentos oficiais como a BNCC, discutido na seção 2.2. Já outro fator que se dá tanto na rede pública quanto na rede privada é justamente o princípio da Educação sexual ter se dado não por necessidade do conhecimento para constituição do indivíduo como autônomo em sua sexualidade, mas como um meio de reprimir a pandemia da AIDS. Assim, com os dados do IBGE percebeu-se que esse início reverbera até os dias atuais, focando apenas no biológico e técnico e por muitas vezes esquecendo ou ignorando as necessidades dos estudantes.

Nota-se também através da revisão bibliográfica que a Educação deve ser um processo construído ao longo da vida escolar e de forma interdisciplinar, sendo trabalhada desde o momento em que a criança entra no colégio, o que é corroborado pela pesquisa da UNESCO (abordada na seção 4) que afirma que dentre os pontos benéficos da Educação sexual está o aumento da idade na qual ocorre a sexarca, o que é de extrema necessidade uma vez que, como visto na seção 2.3, a idade da primeira relação sexual no Brasil está diminuindo, isso junto ao fato de que o conteúdo programático não está abrangido essa faixa etária antes da sexarca, expondo essa população a uma série de perigos. O que só pode ser exprimido como negligência e

ineficiência por parte tanto do governo como do MEC, em perceber uma necessidade tão básica que impacta diversas áreas da sociedade desde o sistema de saúde a segurança pública, e que tem sua raiz na escola.

Conclui-se, portanto, que há uma necessidade de maior divulgação e ampliação das políticas relacionadas com a Educação sexual e uma Educação sexual presente no currículo abrangendo todas as faixas etárias. Assim, espera-se que este trabalho tenha exposto a imprescindibilidade da Educação sexual, e de uma Educação sexual que abranja a necessidade do estudante, que seja pensada para o mesmo, e como a mesma está intrinsecamente ligada à vida de forma geral, afetando muito mais que apenas o currículo.

Já para mim como futura licenciada na área de Ciências Biológicas, percebi que na minha própria graduação as menções ao tema Educação sexual ou qualquer sinônimo foram quase nulas, assim existem também a necessidade de pesquisas na área relacionadas a formação de professores, uma vez que os mesmos são os principais autores na atuação da temática e, portanto, necessitam de uma base sólida.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. **Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais**. Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 2, p. 575–585, 2001. Acesso em: 19 dez. 2022.

APOLINÁRIO, P.; RICHARTZ, T. **EDUCAÇÃO SEXUAL A PARTIR DOS PARÂMETROS CURRICULARES: CULTURA E CORPO**. In: Anais do simpósio mineiro de gestão, educação, comunicação e tecnologia da informação: SIMGETI. Anais...Varginha(MG) UNIS-MG, 2021. ISSN: 2447-7303. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/simgeti2021/435498-EDUCACAO-SEXUAL-A-PARTIR-DOS-PARAMETROS-CURRICULARES--CULTURA-E-CORPO>>. Acesso em: 24 nov. 2022.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. ANTRA, 2018. 121 p. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2022.

ASSIS, M. R.; SILVA, L. R. da; PINHO, A. M.; MORAES, L. E. **Prática Sexual Na Adolescência**. Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online, [S. l.], 2010. 2(Ed. Supl.): p. 458-462. ISSN: 2175-5361. DOI: 10.9789/2175-5361.2010.v0i0.%p. Disponível em: <<http://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/1010>>. Acesso em: 11 jan. 2023.

Áudio - PeNSE 2019 - Violência sexual - Cristiane Soares, analista da pesquisa. **Agência de Notícias IBGE**. 2021. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agenciadetalhemidia.html?view=mediaibge&catid=2103&id=5006>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BERQUÓ, E., coordenadora. **Comportamento sexual da população brasileira e percepções do HIV/AIDS**. Brasília (DF): Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Coordenação Nacional DST e Aids; 2000. (Série avaliação, 4). Disponível em: <<https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/168comporamento.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2022.

Borges AV, Schor N. **Início Da Vida Sexual Na Adolescência E Relações De Gênero: Um Estudo Transversal Em São Paulo, Brasil, 2002**. Cad Saude Publica. 2005;21(2):499-507. DOI: 10.1590/S0102-311X2005000200016 Acesso em: 11 jan. 2023.

BRASIL. **Caderneta de saúde da adolescente**. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde de Adolescente e Jovem. Brasília; Ministério da Saúde; 3 ed; 2013. 50 p. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/bvsmis/resource/pt/mis-36528>>. Acesso em: 28 jan. 2023.

BRASIL. **Caderneta de saúde do adolescente**. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde de Adolescente e Jovem. Brasília; Ministério da Saúde; 3 ed; 2013. 50 p.

Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/bvsms/resource/pt/mis-36432>>. Acesso em: 28 jan. 2023.

BRASIL. Decreto Nº 11.074, De 18 De Maio De 2022. Altera o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, para instituir o Programa de Proteção Integral da Criança e do Adolescente – Protege Brasil e o seu Comitê Gestor. Edição: 94 | Seção: 1 | Página: 2

BRASIL. **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: uma prioridade do governo.** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 24 p. ISBN 85-334-0877-3. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0471_M.pdf. Acesso em: 28 jan. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991. Brasília 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021_Digital.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018. 600 p. Disponível em:<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2016. 652 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2016-pdf/40791-bncc-proposta-preliminar-segunda-versao-pdf/file>>. Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Marco teórico e referencial : saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens.** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007. 56 p. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0471_M.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde sexual e saúde reprodutiva.** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013. 300 p. ISBN 978-85-334-1698-7. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2023.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais : apresentação dos temas transversais, ética.** Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. 146p. 1. Parâmetros curriculares nacionais. 2. Ética : Ensino de primeira à quarta série. Disponível em: <<https://cptstatic.s3.amazonaws.com/pdf/cpt/pcn/volume-08-1-temas-transversais-apresentacao.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2022.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais.** Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1998. 436 p. 1. Parâmetros curriculares nacionais. 2. Apresentação dos temas transversais: Ensino de quinta a oitava séries. Disponível

em: <<https://cptstatic.s3.amazonaws.com/pdf/cpt/pcn/volume-10-1-temas-transversais-apresentacao.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2022.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. 126p. 1. Parâmetros curriculares nacionais. 2. Ensino de primeira à quarta série. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2022.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1998. 174 p. 1. Parâmetros curriculares nacionais. 2. Ensino de quinta a oitava séries. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2022.

BUENO, R. C. P.; RIBEIRO, P. R. M. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL: APONTAMENTOS PARA REFLEXÃO**. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, v. 29, n. 1, p. 49–56, 2018. DOI: 10.35919/rbsh.v29i1.41. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/41. Acesso em: 26 jan. 2023.

CASSIAVILLANI, T., & ALBRECHT, M. P. S. (2022). **Educação Sexual: Uma Análise Sobre Legislação E Documentos Oficiais Brasileiros Em Diferentes contextos Políticos**. In SciELO Preprints. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4001>. Acesso em: 08 jan. 2023.

CORDEIRO, A. M. et al.. **Revisão sistemática: uma revisão narrativa**. Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, v. 34, n. Rev. Col. Bras. Cir., 2007 34(6), nov. 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

DE MORAES, L. et al. **Iniciação Sexual Precoce E Fatores Associados: Uma Revisão Da Literatura**. PSICOLOGIA, SAÚDE & DOENÇAS, Sociedade Portuguesa de Psicologia da Saúde - SPPS, ano 2019, p. 59-73. DOI <http://dx.doi.org/10.15309/19psd200105>. Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Downloads/617%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/617%20(1).pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2023.

DE OLIVEIRA, R. N.; MAXIMIN, D. A. F. M.; SILVA, P. E.; LEITE DA SILVA, V. C. **Iniciação Sexual De Adolescentes E Conhecimento Dos Métodos Contraceptivos**. Revista de Ciências da Saúde Nova Esperança, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 66–76, 2015. DOI: 10.17695/revcsnevol13n2p66 - 76. Disponível em: <https://revista.facene.com.br/index.php/revistane/article/view/488>. Acesso em: 11 jan. 2023.

FERNANDES, F. **A EDUCAÇÃO PARA SEXUALIDADE NOS ANOS INICIAIS**. Dissertação de mestrado em Educação em Ciências e em Matemática na área de Educação em Ciências e em Matemática, Universidade Federal do Paraná. Curitiba. p. 201. 2020. Disponível em: <http://www.exatas.ufpr.br/portal/ppgecm/wp-content/uploads/sites/27/2021/09/184_FernandaFernandes.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2023.

FIGUEIRÓ, M. N. D. . **Educação sexual: qual o profissional designado para esta tarefa**. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, [S. l.], v. 8, n. 2, 2020. DOI:

10.35919/rbsh.v8i2.723. Disponível em: <https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/723>. Acesso em: 29 jan. 2023.

FLOR, Tainá De Oliveira et al.. **Revisões de literatura como métodos de pesquisa: aproximações e divergências**. Anais do VI CONAPESC... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/76913>>. Acesso em: 26 nov. 2023

FURLANETTO, M. F.; LAUERMANN, F.; COSTA, C. B. D.; et al. **Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura**. Cadernos de Pesquisa, v. 48, n. 168, p. 550–571, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010015742018000200550&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 dez. 2022.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa** – 6. ed. São Paulo : Atlas, 2017.
GONÇALVES, H.; BÉHAGUE, D. P.; GIGANTE, D. P.; MINTEN, G. C.; HORTA, B. L.; VICTORA, C. G.; BARROS, F. C. **Determinants Of Early Sexual Initiation In The Pelotas Birth Cohort From 1982 To 2004-5, Southern Brazil**. Revista de Saúde Pública, [S. l.], v. 42, n. suppl.2, p. 34-41, 2008. DOI: 10.1590/S0034-89102008000900006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/32530>>. Acesso em: 11 jan. 2023.

GONÇALVES, H.; MACHADO, E. C.; SOARES, A. L. G.; et al. **Início Da Vida Sexual Entre Adolescentes (10 A 14 Anos) E Comportamentos Em Saúde**. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 18, n. 1, p. 25–41, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbepid/v18n1/1415-790X-rbepid-18-01-00025.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2023.

GRECO, D. B. **Trinta anos de enfrentamento à epidemia da Aids no Brasil, 1985-2015**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 21, n. 5, p. 1553–1564, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/65XMXBCdW7mX6mMY5Zp4QHS/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

HUGO, T. D. DE O.; MAIER, V. T.; JANSEN, K.; et al. **Fatores Associados À Idade Da Primeira Relação Sexual Em Jovens: Estudo De Base Populacional**. Cadernos de Saúde Pública, v. 27, n. 11, p. 2207–2214, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/fyhb3wk4GH8f3KTh75sRsYf/?lang=pt>>. Acesso em: 11 jan. 2023.

IBGE. **Pesquisa nacional de saúde do escolar : 2015**. 126p. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. 2016. ISBN: 9788524043871. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=297870>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

IBGE. **Pesquisa nacional de saúde do escolar : 2019**. 156 p. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. 2021. ISBN: 9786587201771. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2101852>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

IBGE. **Pesquisa nacional de saúde do escolar : 2019**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro : IBGE, 2021. 162 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101852.pdf>> Acesso em: 26 jan. 2023.

IBGE. **Pesquisa nacional de saúde do escolar : análise de indicadores comparáveis dos escolares do 9º ano do ensino fundamental : municípios das capitais : 2009/2019 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais**. 189 p. IBGE. 2022. ISBN: 9788524045387. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2101955>>. Acesso em: 28 jan. 2023.

LEÔNICIO, J. M. M. **A Orientação Sexual Nas Escolas A Partir Dos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queirós, ISSN 2179-9636, Ano 3, número 12, novembro de 2013. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170509155531.pdf> Acesso em: 22 jan. 2023.

LIRA A., JOFILI Z. **O Tema Transversal Orientação Sexual Nos Pcn E A Atitude Dos Professores: Convergentes Ou Divergentes?** REMPEC - Ensino, Saúde e Ambiente, v.3 n 1 p. 22-41 Abril 2010. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/21102-Texto%20do%20Artigo-77515-1-10-20180920.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2022.

LOURO, G. L. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Pro-Posições, Campinas, v. 19, n. 2, p.7 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73072008000200003>> Acesso em: 14 dez. 2022.

LOURO, G. L. **Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001b. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/64NPxWpgVKT9BXvLXvTvHMr/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 26 jan. 2023.

MENDES, W. G.; SILVA, C. M. F. P. **Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: uma Análise Espacial**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 25, n. 5, p. 1709-1722, mai. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.33672019>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Brasil é um dos países que registram mais agressão contra pessoas LGBTI**. ONUBR. 2019. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/82428-brasil-%C3%A9-um-dos-pa%C3%ADses-que-registram-mais-agress%C3%B5es-contra-pessoas-lgbt>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

PAIVA V. et al. **Idade E Uso De Preservativo Na Iniciação Sexual De Adolescentes Brasileiros**. Rev Saúde Pública, v. 42, p. 45–53, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsp/a/HrWN86BQ6NQgrH3HMf7TL3r/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 11 jan. 2023.

PATIAS, N. D.; DIAS, A. C. G. **Sexarca, Informação E Uso De Métodos Contraceptivos: Comparação Entre Adolescentes**. Psico-USF, v. 19, n. 1, p. 13–22, 2014.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-89102008000800007>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

Plano Nacional de Prevenção ao Risco Sexual Precoce e Gravidez na Adolescência. Protege Brasil, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas/protege-brasil/programa-nacional-de-prevencao-oo-riscosexual-precoce-e-gravidez-na-adolescencia>>. Acesso em: 28 jan. 2023.

PROTEGE BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas/protege-brasil>>. Acesso em: 28 jan. 2023.

RIBEIRO, M., & REIS, W. . (2020). **Educação Sexual: O Trabalho Com Crianças E Adolescentes.** Revista Brasileira De Sexualidade Humana, 18(2). Disponível em <<https://doi.org/10.35919/rbsh.v18i2.389>>. Acesso em: 08 jan. 2023.

ROSEMBERG, F. **Educação sexual na escola.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 53, p. 11–19, 1985. Disponível em: <<https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1372>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

RUSSO J. et. al. **Sexualidade, ciência e profissão no Brasil** – Rio de Janeiro : CEPESC, 2011. 160 p. Disponível em: <http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/sexualidade_ciencia_profissao.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

SANTOS, Taciana Mirella Batista dos et al. **Fatores Que Contribuem Para O Início Da Atividade Sexual Em Adolescentes: Revisão Integrativa.** Revista de Atenção a Saúde, [S. l.], p. 1-7, 6 jul. 2015. ISSN 2359-4330. DOI 10.13037/rbcs.vol13n44.2668. Disponível em: <https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/2668>. Acesso em: 11 set. 2022.

SIMÕES, R. S. et al. **Dicionário Etimológico De Termos Obstétricos.** São Paulo, 24 de maio de 2017. Disponível em: <<https://www.anatomia-papel-e-caneta.com/wp-content/uploads/2019/06/Dicion%C3%A1rio-ginecol%C3%B3gico-Manuel-de-Jesus-Sim%C3%B5es.pdf>> Acesso em: 11 jan. 2023.

SPINOLA, M. C. R. **Fatores Associados A Iniciação Sexual Precoce De Adolescentes Em Santarém, Pará.** SANARE - Revista de Políticas Públicas, [S. l.], v. 19, n. 1, 2020. DOI: 10.36925/sanare.v19i1.1385. Disponível em: <<https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1385>>. Acesso em: 11 jan. 2023.

TOKARNIA, M. **Ministério da Saúde Deverá rever edição da caderneta do adolescente.** Agência Brasil, 12, maio de 2019. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2019-03/ministerio-da-saude-devera-rever-edicao-da-caderneta-do-adolescente>>. Acesso em: 11 jan. 2023.

UNESCO. **International technical guidance on sexuality education. An evidence-informed approach.** 139p. UNESCO, 2018 - License CC BY-NC-ND 3.0 IGO. ISBN: 978-92-3-100259-5. Disponível em: <https://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/ITGSE_en.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

VIEIRA, K. J.; BARBOSA, N. G.; DIONÍZIO, L. DE A.; et al. **Início da atividade sexual e sexo protegido em adolescentes**. Escola Anna Nery, v. 25, n. 3, 2021. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ean/a/xhbCGz6p8CgXWxHdhBZJZCy/?lang=pt>>. Acesso em: 11 dez. 2022.

VIEIRA, P. M.; MATSUKURA, T. S.; VIEIRA, C. M. **Políticas públicas e educação sexual: percepções de profissionais da saúde e da educação**. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, v. 14, n. 3, p. 69, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2017v14n3p69>>. Acesso em: 29 jan. 2023.

ANEXO 1 – Grade Curricular do curso de Ciências Biológicas da UFPR

CICLO BÁSICO - Núcleo Comum - 2.235h

PER.	COD.	DISCIPLINA	DPTO	T	P	E	CH Total	Pré-Req.
1º	BIO005	Biologia Celular e Farmacologia	B.Cel/Farmac	4	2	0	90	-
1º	BIO006	Biologia de Campo I	Bot/Zoo	1	4	0	75	-
1º	BIO030	Metodologia Científica em Biologia	Coordenação	3	0	0	45	-
1º	BZ045	Biologia Histórica	Zoologia	3	0	0	45	-
1º	CM201	Cálculo Diferencial e Integral I	Matemática	4	0	0	60	-
1º	CQ167	Química Geral	Química	4	0	0	60	-
1º	Carga Horária do Período			19	6	0	375	
2º	BC042	Biologia do Desenvolvimento	B. Celular	2	2	0	60	-
2º	BIO009	Biologia de Vírus, Procariontes e Fungos	Bot/Pat.Bás	3	4	0	105	-
2º	BIO010	Anatomia e Histologia Comparada	Anat./B.Cel	2	4	0	90	-
2º	BQ031	Bioquímica para Biologia I	Bioquímica	2	2	0	60	-
2º	BQ032	Biofísica Básica	Bioquímica	2	0	0	30	-
2º	CF378	Física para Biologia	Física	2	0	0	30	-
2º	Carga Horária do Período			13	12	0	375	
3º	BB064	Morfologia de Plantas Vasculares	Botânica	2	2	0	60	-
3º	BG038	Genética I	Genética	3	2	0	75	-
3º	BIO011	Ecologia Básica	Bot/Zoo	2	2	0	60	-
3º	BIO012	Seminário II	Coordenação	1	0	0	15	-
3º	BQ033	Bioquímica para Biologia II	Bioquímica	2	2	0	60	BQ031
3º	BZ046	Metazoa I	Zoologia	1	2	0	45	-
3º	ET076	Fundamentos da Educação Ambiental	DTFE	2	2	0	60	-
3º	Carga Horária do Período			13	12	0	375	
4º	BG039	Genética II	Genética	2	2	0	60	-
4º	BG040	Genética de Populações	Genética	2	0	0	30	-
4º	BIO013	Biologia de Protistas e Plantas Avasculares		2	4	0	90	-
4º	BZ047	Metazoa II	Zoologia	2	2	0	60	-
4º	EM200	Didática	DTPEN	2	2	0	60	-
4º	GC054	Geologia Aplicada à Biologia	Geologia	2	2	0	60	-
4º	Carga Horária do Período			12	12	0	360	
5º	BB065	Fisiologia das Plantas Vasculares	Botânica	2	2	0	60	-
5º	BF057	Fisiologia Animal	Fisiologia	4	4	0	120	-
5º	BG041	Evolução I	Genética	4	0	0	60	-
5º	BIO014	Seminário III	Coordenação	1	0	0	15	-
5º	BZ048	Metazoa III	Zoologia	1	4	0	75	-
5º	BZ050	Biogeografia	Zoologia	1	2	0	45	-
5º	Carga Horária do Período			13	12	0	375	
6º	BB066	Sistemática de Plantas Vasculares	Botânica	2	4	0	90	-
6º	BIO015	Projeto Integrado I – Saúde Escolar e Comunitária	Pat. B/S.Esc.	2	2	0	60	-
6º	BIO016	Ciências Ambientais	Bot/Zoo	2	2	0	60	-
6º	BP328	Imunologia	Pat. Básica	2	0	0	30	BQ033+BIO005
6º	BZ049	Metazoa IV	Zoologia	1	4	0	75	-
6º	GC101	Paleontologia	Geologia	2	2	0	60	-
6º	Carga Horária do Período			11	14	0	375	

LICENCIATURA -1260h

PER.	COD.	DISCIPLINA	DPTO	T	P	E	CH Total	Pré-Req.
7º - L	EM131	Metodologia de Ensino de Ciências e Biologia	DTPEN	2	2	0	60	
7º - L	EM201	Metodologia da Pesquisa Educacional	DTPEN	4	0	0	60	
7º - L	EP073	Política e Planejamento da Educação Brasileira	DEPLAE	2	2	0	60	
7º - L	EP074	Organização do Trabalho Pedagógico na Escola	DEPLAE	1	0	3	60	
7º - L	ET053	Psicologia da Educação	DTFE	2	2	0	60	
8º - L	ET054	Estágio Supervisionado em Contextos Interativos na Educ.	DTFE	1	0	3	60	
8º - L		Escolher 2 :						
	CF377	Instrumentação para o ensino de Astronomia	Física	1	2	0	45	CF378
	CF376	Oficinas Didáticas em Física	Física	1	2	0	45	CF378
	CQ140	Instrumentalização para o ensino de Química	Química	2	2	0	60	CQ167
8º - L		Escolher 1:						
	BIO017	Tópicos Integrados em Anatomia e Fisiologia Humanas	Anat./Físio	0	2	3	75	
	EM151	Projeto Integrado em Sexualidade, Corpo e Gênero	DTPEN	0	2	3	75	
8º - L		Escolher 1:						
	BG042	Práticas em Genética para os Ensinos Fundamental e Médio	Genética	0	4	0	60	
	BG043	Evolução para os Ensinos Fundamental e Médio	Genética	0	4	0	60	
9º - L	ET083	Comunicação em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	DTFE	4	0	0	60	
	EM448	Prática de Docência em Ensino de Ciências e Biologia I e II (anual)	DTPEN	1	0	6	210	
9º e 10º L		Escolher um Departamento para cursar o TCC I e II:						
	EM202	TCC I - DTPEN - 1º semestre	DTPEN	0	0	3	45	
	EM203	TCC II - DTPEN - 2º semestre	DTPEN	0	0	3	45	EM202
	ET073	TCC I - DTFE - 1º semestre	DTFE	0	0	3	45	
	ET074	TCC II - DTFE - 2º semestre	DTFE	0	0	3	45	ET073
	EP076	TCC I - DTPLAE - 1º semestre	DEPLAE	0	0	3	45	
	EP077	TCC II - DTPLAE - 2º semestre	DEPLAE	0	0	3	45	EP076
		180h de Optativas					180	

[135h de Atividades Formativas - Licenciatura](#)

BACHARELADO - 1200h

PER.	COD.	DISCIPLINA	DPTO	T	P	E	CH Total	Pré-Req.
7º - B	BIO018	Biologia Molecular para Biologia	COORD	2	2	0	60	BQ033
7º - B	BIO019	Métodos em Biologia Comparada	COORD	2	2	0	60	-
7º - B	CE001	Bioestatística	CE	4	0	0	60	-
		180 horas - Entre as disciplinas:						
7º	BC043	Biologia Celular Avançada	BC	4	2	0	90	BIO005
	BF059	Fisiologia Geral e Humana	BF	2	2	0	60	-
	BG044	Genética Humana	BG	4	0	0	60	-
	BIO020	Evolução Molecular	COORD	2	2	0	60	-
e/ou	BIO021	Biologia de Campo II	COORD	0	4	0	60	-
	BIO022	Biologia da Conservação	COORD	4	0	0	60	-
	BIO023	Coleções Biológicas e Taxonomia	COORD	1	2	0	45	-
8º	BIO024	Ecologia de Populações e Comunidades	COORD	2	4	0	90	-
	BIO025	Sistemática Filogenética	COORD	2	2	0	60	-
B	BIO029	Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA)	COORD	1	4	0	75	--
	BT029	Farmacologia Geral	BT	2	2	0	60	-
7º/8º		390h de Optativas						
8º - B	BIO026	Estágio Supervisionado em Biologia I	COORD	1	-	9	150	
9º - B	BIO027	Estágio Supervisionado em Biologia II - Pré: BIO026	COORD	1	-	9	150	BIO026
9º - B	BIOU28	Estágio Supervisionado em Biologia		2	-	18	300	

[150h de Atividades Formativas - Bacharelado](#)

RELAÇÃO DE DISCIPLINAS OPTATIVAS

COD.	DISCIPLINA	DPTO	T	P	E	CH Total	Pré-Req.
AL029	Formação e Caracterização dos Solos	AL	3	0	0	45	--
AZ016	Apicultura	AZ	2	2	0	60	-
AZ027	Ciências do Ambiente	AZ	3	0	0	45	-
BA041	Neuroanatomia Funcional	BA	2	2	0	60	
BB038	Biologia dos Líquens	BB	2	2	0	60	-
BB045	Ecologia de Algas de Águas Continentais	BB	2	4	0	90	-
BB046	Deontologia para Ciências Biológicas	BB	3	0	0	45	-
BB051	Cultura de Células e Tecidos Vegetais <i>in vitro</i> : Princípios e	BB	2	2	0	60	--
BB055	Técnicas em Anatomia Vegetal	BB	1	4	0	75	-
BB057	Propagação Vegetal	BB	2	2	0	60	-
BB067	Anatomia dos Órgãos Vegetais	BB	1	4	0	75	-
BB068	Diversidade e Fitofisionomia da Vegetação do Paraná	BB	2	4	0	90	-
BB069	Manejo em Coleções Biológicas	BB	1	2	0	45	-
BB070	Ecofisiologia Vegetal	BB	3	0	0	45	-
BB074	Ecologia Evolutiva de Plantas Terrestres	BB	2	2	0	60	--
BB075	Estrutura da Madeira e Parâmetros Utilizados na Identificação	BB	2	2	0	60	BB064
BC012	Técnicas Histológicas	BC	2	2	0	60	-
BC044	Ecomorfologia dos Sistemas Sensoriais e o Comportamento de	BC	2	0	0	30	BIO010
BC049	Toxicologia Celular	BC	3	0	0	45	BQ033/BC043
BC055	Embriologia Humana	BC	2	2	0	60	-
BC056	Fundamentos de Biologia Celular e Tecidual	BC	2	2	0	60	--
BC057	Mecanismos de Resposta Celular ao Estresse Químico	BC	3	0	0	45	BC043
BC059	Metodologias e Tecnologias no Ensino de Biologia Celular e	BC	2	2	0	60	BIO005
BC061	Processos Celulares	BC	4	0	0	60	BIO005/BQ033
BF033	Neurofisiologia Aplicada à Biologia	BF	2	2	0	60	-
BF046	Como ensinar Fisiologia com pouco equipamento	BF	2	2	0	60	-
BF060	Adaptações Fisiológicas dos Animais ao Ambiente	BF	2	0	0	30	-
BF076	Ritmos Biológicos	BF	1	3	0	60	--
BF077	Neurofisiologia Básica	BF	2	2	0	60	--
BF079	O Cérebro vai ao Cinema	BF	2	0	0	30	-
BG010	Genética Quantitativa	BG	4	0	0	60	-
BG026	Princípios Genéticos em Biotecnologia	BG	2	2	0	60	-
BG030	Imunogenética Básica	BG	4	0	0	60	-
BG034	Citogenética Animal	BG	2	2	0	60	-
BG045	Genética de Microorganismos	BG	2	2	0	60	-
BG046	Mutagenese Ambiental	BG	2	2	0	60	-
BG047	Citogenética	BG	2	2	0	60	-
BG048	Genética de Populações Humanas	BG	4	0	0	60	-
BG049	Temas Atuais em Genética	BG	2	0	0	30	-
BG061	Genética da Conservação	BG	2	0	0	30	BG039/BG040
BG050	Evolução II	BG	4	0	0	60	BG041
BP014	Patologia Geral Animal	BP	2	0	0	30	-
BP050	Introdução à Investigação Científica com Ênfase em Doenças Degenerativas	BP	2	2	0	60	--

RELAÇÃO DE DISCIPLINAS OPTATIVAS

	BP057	Microbiologia Ambiental	BP	2	2	0	60	BIO005/ BIO009/BQ033
	BP326	Imunobiologia e as Bases Mecanísticas da Imunidade	BP	4	0	0	60	BP328
	BP329	Parasitologia Zootécnica	BP	2	2	0	60	-
	BP330	Parasitologia	BP	1	2	0	45	-
	BQ006	Bioquímica Animal	BQ	2	2	0	60	-
	BQ010	Bioquímica Experimental	BQ	2	2	0	60	-
	BQ023	Processamento e Purificação de Proteínas	BQ	2	2	0	60	-
	BQ034	Regulação da Expressão Gênica	BQ	2	0	0	30	-
	BQ035	Mecanismos de Reparo de DNA	BQ	2	0	0	30	BQ031
	BQ036	Bioquímica e Biologia Molecular de Plantas	BQ	2	0	0	30	BQ033
	BQ037	Transdução de Energia em Células Animais e Vegetais	BQ	2	0	0	30	BQ033
	BQ038	Estresse Oxidativo e Implicações Biológicas	BQ	2	0	0	30	BQ033/CQ167
	BQ039	Carboidratos de Vegetais	BQ	2	0	0	30	BQ033
	BQ040	Diversidade Metabólica em Microorganismos	BQ	3	0	0	45	BQ033
	BT026	Detecção Precoce e Intervenção Breve no Abuso de Drogas	BT	1	2	0	45	-
	BT030	Fundamentos de Toxicologia Aquática	BT	1	0	0	15	-
	BT032	Neurociência Básica	BT	2	2	0	60	-
	BT053	Métodos Experimentais de Pesquisa em Farmacologia	BT	1	3	0	60	
	BZ007	Entomologia	BZ	2	4	0	90	-
	BZ021	Biologia e Sistemática de Insetos	BZ	2	4	0	90	-
	BZ022	Fauna Entomológica Local	BZ	2	2	0	60	-
	BZ030	Introdução à Etologia	BZ	2	2	0	60	-
	BZ037	Biologia de Peixes Dulcícolas	BZ	1	2	0	45	-
	BZ038	Hidrobiologia de Ambientes Lóticos	BZ	2	0	0	30	-
	BZ039	Biologia e Sistemática Cnidária	BZ	2	2	0	60	BZ046
	BZ040	Produção de Material Didático em Zoologia	BZ	2	2	0	60	-
	BZ043	Introdução a Primatologia	BZ	2	2	0	60	-
	BZ044	Inventariamento de Fauna de Vertebrados Terrestres	BZ	2	4	0	90	-
	BZ051	Biologia e Ecologia de Insetos	BZ	2	2	0	60	-
	BZ052	Controle Biológico	BZ	1	2	0	45	-
	BZ053	Entomologia Urbana e Forense	BZ	1	2	0	45	-
	BZ054	Exercícios em Comunidades Animais Urbanas	BZ	1	4	0	75	-
	BZ055	Insetos Sociais	BZ	2	0	0	30	-
	BZ056	Interações Inseto-Planta	BZ	2	0	0	30	-
	BZ057	Introdução a Biologia Marinha	BZ	1	4	0	75	-
	BZ058	Manejo e Conservação da Fauna	BZ	2	2	0	60	-
	BZ059	Pesca	BZ	1	2	0	45	-
	BZ060	Filogenômica	BZ	2	0	0	30	BZ045/BG038
	BZ064	Princípios de Análise Ecológica	BZ	1	2	0	45	--
	BZ065	Fundamentos de Ecologia Evolutiva	BZ	1	2	0	45	--
	BZ066	Biologia Matemática	BZ	2	0	0	30	CM201
	BZ067	Biologia de Mamíferos	BZ	2	2	0	60	BZ049
	BZ315	Carcinologia	BZ	1	4	0	75	-
	CF084	Introdução a Astronomia I	CF	4	0	0	60	
	CF085	Meteorologia Básica I	CF	4	0	0	60	-
	CF379	Física Experimental para Biologia	CF	0	2	0	30	-

RELAÇÃO DE DISCIPLINAS OPTATIVAS

CI208	Programação de Computadores	CI	2	2	0	60	-
CI228	Laboratório de Informática I	CI	0	4	0	60	-
CQ101	Introdução à Química de Produtos Naturais	CQ	2	0	0	30	-
CQ102	Ecologia Química	CQ	2	0	0	30	-
CQ154	Tópicos Avançados em Química Inorgânica-Bioinorgânica	CQ	2	0	0	30	CQ167
EM192	Cultura Digital e Formação de Professores	DTPEN	4	0	0	60	-
EM377	Métodos e Técnicas Educacionais de Prevenção às Drogas	DTPEN	3	0	0	45	-
EP033	Introdução ao Estudo do Currículo	DEPLAE	4	0	0	60	-
EP037	Educação no Meio Rural	DEPLAE	2	0	0	30	-
EP039	Educação de Adultos e sua Organização	DEPLAE	2	0	0	30	-
EP053	Educação e Movimentos Sociais	DEPLAE	2	0	0	30	-
EP057	Planejamento Educacional e Currículo em Educação Especial	DEPLAE	3	0	0	45	-
EP058	Educação Especial na área não Escolar	DEPLAE	2	0	0	30	-
EP079	Organização e Gestão em Educação Especial	DEPLAE	4	0	0	60	-
EP080	Organização e Gestão do Ensino Médio e Profissional	DEPLAE	4	0	0	60	-
EP086	Educação, Ciência e Tecnologia	DEPLAE	2	0	0	30	-
EP089	Avaliação da Escola e Avaliação na Escola	DEPLAE	2	0	0	30	-
EP095	Organização da Educação Superior	DEPLAE	2	0	0	30	--
ET038	Meio Ambiente e Educação	DTFE	2	0	0	30	-
ET063	Distúrbios da Aprendizagem	DTFE	4	0	0	60	-
ET064	Distúrbios de Leitura e Escrita	DTFE	4	0	0	60	-
ET065	Fundamentos Políticos e Pedagógicos da Educação Ambiental	DTFE	2	0	0	30	-
GB013	Biogeografia	GB	2	2	0	60	-
GC104	Paleopalinologia	GC	1	2	0	45	BB064
GC041	Micropaleontologia Geral	GC	2	2	0	60	GC101
GC083	Paleoecologia	GC	1	2	0	45	GC101
GC100	Paleontologia de Vertebrados	GC	1	2	0	45	BZ049
GC103	Biologia e Evolução de Plantas Fósseis	GC	1	2	0	45	
GC105	Tafonomia	GC	1	2	0	45	BB064
RB002	Microbiologia Marinha	CEM	2	4	0	90	-
RB005	Introdução à Ecologia de Bentos Marinhos	CEM	2	4	0	90	-
RB006	Ictiologia Geral	CEM	1	4	0	75	-
RB008	Maricultura (já criada)	CEM	1	2	0	45	-
RB014	Introdução a Oceanografia Química	CEM	2	2	0	60	-
RB121	Aspectos Gerais da População Orgânica Marinha	CEM	1	2	0	45	CQ167/GC054